

Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 39. NÚMERO 2. 2020. E-ISSN 2238-2577. AUG/2020 – NOV/2020



TRABALHO DE PLATAFORMA

Editorial vol. 39 n. 2

E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia

Thaiane Oliveira¹

Ariane Holzbach²

Rafael Grohmann³

Camilla Tavares⁴

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o mundo passava por uma pandemia causada pela COVID-19. O alerta foi feito para que todos os países adotassem medidas para conter a disseminação do vírus e mitigar os problemas impactados por ele. A principal estratégia adotada por várias nações foi implantar, de diferentes maneiras, o distanciamento e o isolamento social como formas de minimizar a propagação do vírus, provocando uma enorme e repentina transformação no cotidiano de milhões de indivíduos. No campo do trabalho, em particular, as mudanças ocasionadas pela pandemia aceleraram metamorfoses que vinham sendo gradativamente implementadas, inclusive no trabalho acadêmico, exigindo que repensemos parte do que se entendia como consensual em torno das práticas e até dos conceitos que orbitam esse universo.

No Brasil, o trabalho acadêmico se consolidou a partir da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, materializada na Constituição Federal de 1988, Artigo 207. A Constituição Brasileira também prevê o princípio da autonomia universitária, tanto no que tange ao desenvolvimento de práticas didáticas e científicas quanto também administrativas e de gestão de recursos financeiros e patrimoniais. O olhar da Constituição sobre o ensino universitário reflete com bastante amplitude uma moral histórica que erigiu e legitimou o trabalho acadêmico ao longo da Modernidade, quando ele foi associado a

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação (CiteLab). Pesquisadora do INCT em Estudos Comparados de Administração de Conflitos (INCT-InEAC) e da Cátedra Unesco de Políticas Linguísticas para o Multilinguismo. Coordenadora do Fórum de Editores e Comunicação Científica da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UFF. E-mail: thaianeoliveira@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-8588-3548

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Desenhos Animados (AnimaMídia) e do TeleVisões, Grupo de Pesquisa em Televisão e Novas Mídias, junto com Mayka Castellano. Autora de "A invenção do videoclipe: a história por trás da consolidação de um gênero audiovisual" (2016). E-mail: arianeh@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-8548-0220

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Editor da newsletter DigiLabour. Coordenador do projeto Fairwork - da Universidade de Oxford - no Brasil. Integrante da Rede de Pesquisa Tierra Común. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. E-mail: rafaelgrohmann@unisinis.br. ORCID: 0000-0003-1063-8668

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Brasil. E-mail: camilla.tavares@ufma.br. ORCID: 0000-0001-5490-6850

uma atitude moral e de compromisso dos intelectuais com a sociedade, entendido historicamente por seu caráter vocacional em vez de um trabalho formal (ALLMER, 2018) até o reconhecimento laboral. Entretanto, as atividades acadêmicas, em todas as suas concepções dos pilares indissociáveis do *ensino, pesquisa e extensão*, com o adendo *administrativo*, tal como configuradas no Brasil, têm passado por profundas mudanças a partir de modelos de gestão institucional alinhadas à estruturação e inserção de lógicas capitalistas. Com efeito, as universidades públicas têm se aproximado cada vez mais de uma atitude neoliberal para a ordenação de políticas de ensino superior e de pesquisa como um subconjunto de política econômica (SLAUGHTER e LESLIE, 2004).

No Brasil, esse modelo de capitalismo acadêmico, alinhado às políticas de abertura comercial em um mercado global, foi combinado com um processo de desestatização. O Estado foi gradualmente retirando-se do papel de principal agente financiador da pesquisa científica e incentivando comportamentos de mercado alinhados à busca de recursos a partir de contratos externos, doações, estímulo à industrialização da universidade em modelos competitivos de captação de recursos e geração de receitas, entre outros. Quando isso ocorre de maneira integrada, tendo o Estado como mediador das relações entre a universidade e as empresas e indústrias, há uma composição sustentável da chamada hélice-tríplice, em que o crescimento econômico e o desenvolvimento social são baseados no conhecimento (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017). Alguns estudos posteriores, sobretudo após a primeira década dos anos 2000, passaram a incorporar outros atores nas hélices do desenvolvimento do sistema de inovação baseado em conhecimento, entre eles a sociedade civil e a mídia, formando hélices-quíntuplas (DO AMARAL e RENAULT, 2019) no modelo de gestão da universidade.

Contudo, estas relações constituem espaços de tensão, disputa e negociação, em que o Estado deveria exercer forte influência moderadora das relações, com uma atuação significativa para a gestão de recursos financeiros para prover e incentivar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas universidades e na economia baseada no conhecimento. No entanto, desde 2015, em especial, estamos atravessando um período de desestatização das universidades e instituições científicas públicas alinhado a um processo de descredibilização do conhecimento científico e ataques às universidades públicas e instituições de pesquisa no Brasil. Esses ataques não se limitam à redução de orçamento e programas de contingenciamento da verba destinada à educação pública superior. A exemplo, em maio de 2020, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou que não quer mais sociólogo, antropólogo e filósofo com “o seu dinheiro”, ou com recursos vindos de impostos (REZENDE, 2020), como se a pasta ministerial fosse de sua propriedade. A autonomia universitária, sendo um dos princípios da Constituição Federal de 1988, também esteve ameaçada diante da possibilidade de nomeação de reitores e vice-reitores de universidades federais sem consulta à comunidade acadêmica durante a pandemia (MINISTRO, 2020), medida provisória revogada dois dias depois, após pressão da comunidade acadêmica e senadores da oposição como Cid Gomes (PDT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Jean Paul Prates (PT-RN), Paulo Rocha (PT-PA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Rogério Carvalho (PT-SE), entre outros (GOVERNO, 2020). Protagonizados neste um ano e meio de governo do atual presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), esses ataques são políticos e ideológicos, e as instituições de pesquisa e os cientistas têm sido descredibilizados pelo próprio governo federal, inclusive durante a pandemia.

Um ponto nodal desse processo acontece quando o atual presidente transgredir uma série de orientações médico-científicas difundidas no mundo inteiro para contenção da COVID-19. Contrariando cientistas e médicos, o presidente faz questão de 1) não usar máscara facial em público; 2) ter contato físico com conhecidos e transeuntes a ponto de abraçar pessoas nas ruas; 3) fazer reuniões ministeriais desrespeitando o distanciamento físico de dois metros entre indivíduos; 4) declarar em público que, na maioria das contaminações, a COVID-19 não passa de “uma gripezinha”, 5) que o vírus não é “tudo isso que a mídia propaga” e que 6) a preocupação com a pandemia “é uma neurose” (VEJA, 2020). Ademais, a deslegitimação da ciência coordenada pelo presidente vai além das suas práticas individuais. Por exemplo,

mesmo diante de pesquisas científicas do mundo inteiro que não confirmam a eficácia dos medicamentos cloroquina e hidroxiclороquina para tratamento da COVID-19, ele ordenou a produção em massa da medicação por laboratórios do exército. No extremo, o presidente utiliza a deslegitimação da ciência como uma ferramenta política. De um lado, tem se posicionado veementemente a favor do final da quarentena no Brasil, mesmo com os números de óbitos e contaminações subindo a cada dia, utilizando, para tal, o argumento econômico. Isso tem atraído o apoio de empresários e de eleitores desempregados, que creditam à pandemia a sua crise econômica particular. De outro lado, o presidente tem potencializado conflitos com governos estaduais, criticando e pressionando os Estados que têm levado mais a sério as orientações científicas.

Trata-se de um *modus operandi* do próprio governo, que se elegeu a partir de uma bandeira contra instituições epistêmicas, entre elas a mídia e a ciência, mas que está inserido em um fenômeno muito mais amplo, que reúne forças políticas aparentemente divergentes em torno de uma atuação comum. A deslegitimação da ciência, como sistema de conhecimento, e o trabalho acadêmico, como prática singular de gestão e espraiamento da ciência, estão ambos no bojo de uma poderosa construção narrativa delineada por diferentes agentes, entre eles os governos neoliberais, os conglomerados econômicos e a mídia hegemônica. A partir de diferentes referências, esses agentes veem na ciência um campo de poder que frequentemente questiona e desestabiliza as bases concretas e simbólicas que fundam e dão sentido a essas instâncias. Trata-se, sabemos, de um olhar de profunda relação histórica, considerando que o embate entre ciência e outras instituições, como a religião, balizou inclusive a instituição da ciência como um dos olhares dominantes na Modernidade. Ocorre que o embate contemporâneo está acontecendo sob um terreno movediço traçado pelo capitalismo rentista e seus mecanismos que relacionam plataformação e financeirização (SADOWSKI, 2020). Dentro de um senso comum conveniente para as empresas capitalistas, para os governos neoliberais e para a mídia hegemônica, ao questionar essas instâncias a ciência estaria enfraquecendo essas instituições como estratégia de manutenção de poder. Por conseguinte, a narrativa construída para enfraquecer a ciência tem em vista, como ferramenta imprescindível de combate, o argumento econômico. Os discursos erigidos por essas instâncias sobre as mortes ocasionadas pela COVID-19, por exemplo, são deslocados de seus aspectos científicos e realocados no campo econômico, esvaziando assim o lugar da ciência como discurso legítimo de sentido.

A mídia hegemônica, no Brasil, segue a cartilha econômica como deslegitimação da ciência e do trabalho acadêmico. Antes mesmo da eleição que deu vitória a Jair Bolsonaro, a mídia já publicava artigos de opinião e matérias sobre teses incomuns bancada com o dinheiro público, todas das áreas de Humanidades (CASTRO, 2017) ou que o fim das Ciências Humanas é para a salvação da humanidade (FERRAZ, 2018). Jornais vinham publicando constantemente denúncias sobre as condições precárias de trabalho, apontando que a carreira acadêmica está fadada à depressão (MORAES, 2017), ao suicídio (MORAES, 2016), à prostituição (VESPA, 2018) ou a trabalhos alternativos, como, por exemplo, posar nu (SAYURI, 2018). Juntamente a isso, afirmavam que as universidades públicas brasileiras deveriam ser privatizadas (COSTA, 2016), indo ao encontro dos dados do relatório do Banco Mundial, publicado em novembro de 2017, que apontavam que a solução para a crise financeira no Brasil estava nos cortes em ensino, pesquisa e saúde, por meio de programas de ajuste fiscal, o que tem sido a política dominante no atual governo.

É diante desta conjuntura de instabilidade, ameaças e redução orçamentária que o trabalho acadêmico tem se reconfigurado, buscando resistir a um cenário de capitalismo acadêmico e descrença institucional difundida pelo próprio governo e pela mídia no Brasil. A pandemia de COVID-19 acelera, portanto, processos em andamento em favor do capital, como o trabalho remoto e a educação à distância, com a sedimentação de narrativas que naturalizam essas condições (como “novo normal”, por exemplo).

Este contexto afeta o trabalho acadêmico com sua intensificação, a cobrança e o controle de

atividades laborais e a crescente dependência de infraestruturas digitais dos grandes conglomerados para a realização do trabalho. Google Meet, Microsoft Teams e Zoom tornaram-se, em pouco tempo, plataformas muito conhecidas da comunidade acadêmica. Aulas e reuniões mediadas por dispositivos ligados a empresas cujo negócio principal é a extração – ou extrativismo – de dados. Os sistemas de software, como mostram Yu e Couldry (2020), tomados como centrais pelas instituições acadêmicas, reinscrevem novas temporalidades e espacialidades no trabalho acadêmico, legitimando a vigilância datafídica e naturalizando novos papéis e responsabilidades.

A pesquisa *Trabalho Remoto e Isolamento Social*, de Carramenha e Cappellano (2020), sobre trabalhadores de todas as áreas que tiveram que adotar trabalho remoto no estado de São Paulo, mostra que os setores, comparativamente, que afirmam estar sofrendo mais no trabalho durante a pandemia são os setores de comunicação e educação. A investigação, em geral, mostra a intensificação do trabalho e a pressão por ser produtivo durante a quarentena – o que também aparece em pesquisa coordenada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Universidade de São Paulo (FIGARO et al., 2020), sobre o trabalho de profissionais de comunicação durante o isolamento social. A investigação revela que 70% dos respondentes afirmam que o ritmo de trabalho está muito mais intenso e que a maioria está com as condições emocionais abaladas frente ao cenário no país.

É preciso considerar, ainda, as desigualdades de gênero que recaem sobre as pesquisadoras e fazem com que a experiência do trabalho remoto durante a pandemia seja diferente daquela experimentada pelos homens (sobretudo brancos). Historicamente, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para ingressar em carreiras científicas e tecnológicas (LETA, 2003; MELO e OLIVEIRA, 2006), especialmente porque elas são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e/ou cuidados familiares (OLIVEIRA, 2020). Mesmo assim, a participação feminina na pesquisa científica brasileira vem crescendo consideravelmente em todas as áreas do conhecimento (MELO e OLIVEIRA, 2006), chegando a ser responsável por 72% dos artigos científicos publicados no país entre 2014 e 2017 (TOKARNIA, 2019), segundo levantamento da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A despeito dessas conquistas, a pandemia de COVID-19 tem reforçado, mais uma vez, as desigualdades de gênero. Apesar de alguns periódicos terem identificado uma queda de submissões, de modo geral, o número de artigos assinados por mulheres foi menor em comparação aos homens. Além disso, uma pesquisa realizada com 15 mil pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as durante a pandemia identificou que mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos foram as que tiveram a produtividade acadêmica mais afetada. Paralelamente, os homens, principalmente os que não possuem filhos, foram os que menos sofreram com isso neste período (PRODUTIVIDADE, 2020).

A educação à distância em tempos de exceção

À medida que o ensino e a pesquisa nas universidades se tornam mais virtuais, e a midiaticização da ciência como parte integrada da atuação profissional, vários autores (ALLMER, 2018; PORITZ e REES 2017; OLIVEIRA, 2019) têm discutido que a implantação de mídia digital tem impacto sobre as condições de trabalho dos acadêmicos. Entre os problemas derivados da transposição das atividades acadêmicas e professorais, a indefinição do espaço de trabalho e outros ambientes da vida humana e a vigilância digital são alguns dos temas abordados por esses autores. No Brasil, tais elementos vêm sendo flexibilizados também por questões políticas e ideológicas, o que impacta as medidas adotadas para contornar as atividades laborais do professor no contexto da pandemia.

A ocorrência da COVID-19 tem provocado severos impactos por todo o mundo, incluindo, em alguns lugares, a implementação emergencial ou complementar da educação à distância, como exposto na Medida Provisória 9.934, publicada no Brasil em abril de 2020. Apesar dessa situação emergencial, a

busca pela ampliação da educação à distância e das práticas de *homeschooling* têm sido promovidas pelo atual Governo Federal, após modificação da competência da Base Nacional Comum Curricular, a fim de acrescer o uso das tecnologias e novas linguagens para o ensino de algumas disciplinas.

Para um governo que começou a gestão em 2019 a favor do investimento em educação à distância desde o ensino fundamental até a pós-graduação, justificando a posição por ser “mais barata” e também por “ajudar a combater o ‘marxismo’ nas escolas” (BRESCIANI, 2018, p. ?), a pandemia intensificou esses discursos, chegando a fazer o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub pressionar as universidades que não adotaram o modelo de Educação Remota durante a pandemia (TURTELLI, 2020). Em 16 de junho de 2020, quando o país já era considerado o principal epicentro da COVID-19 na América Latina e o segundo país no mundo com o maior número de infectados, *O Globo* (ALFONSO, 2020) publicou uma matéria que afirmava que mais de 210 mil alunos estavam sem aulas em universidades públicas em meio à pandemia, desconsiderando a orientação do Ministério da Educação em adotar o ensino remoto emergencial para as disciplinas teóricas. Tal recorrência nesse tipo de produção jornalística evidencia o quanto a relação da ciência com a mídia, um dos atores de quintupla-hélice das relações acadêmicas, não é isenta de disputas nas quais o trabalho acadêmico tem sido deslegitimado e desacreditado.

Enquadramentos midiáticos como esse ressoam políticas de perseguição e cerceamento ao pensamento científico que levaram, inclusive, o Brasil a figurar entre os países considerados de risco para acadêmicos, como apontou o relatório anual *Free to Think* que, em dezembro de 2019, afirmou que as “pressões significativas no ensino superior brasileiro aumentaram na véspera e no período posterior às eleições presidenciais de 2018” (FREE, 2019, p. ?). Neste mesmo relatório, a Fundação Scholars at Risk relembra que as ameaças sobre a liberdade de expressão e a liberdade intelectual do trabalho acadêmico tiveram também atuação de Justiça Eleitoral regional, que chegou a determinar o cancelamento de eventos, a interrupção de aulas, a remoção de faixas e cartazes e a apreensão de documentos em diversos Estados. Um dos exemplos foi a retirada da faixa “Direito Antifascista” colocada pelos estudantes durante o período eleitoral de 2018 na fachada do campus de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). A juíza Maria Aparecida da Costa Bastos entendeu que a manifestação configurava propaganda negativa ao então candidato Jair Messias Bolsonaro e determinou a retirada da faixa, ameaçando a prisão do diretor da Faculdade de Direito da UFF, Wilson Madeira Filho, caso não a retirasse. Segundo relatado pelo diretor, os agentes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no momento da apreensão da faixa sem mandato, também questionaram os professores sobre o conteúdo das aulas, fotografaram o centro acadêmico e retiraram a bandeira (OLIVEIRA, 2018).

É nesse cenário de incertezas quanto à liberdade de cátedra que a adaptação da atuação docente diante das medidas de isolamento social se instaura em tempos de pandemia. Contudo, apesar da urgência do debate acerca de mecanismos de controle sobre a prática docente em um governo eleito sob a bandeira de “escolas sem partido” (ALESSY, 2019), a portaria 544 publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério da Educação – que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus até 31 de dezembro de 2020 – traz outras preocupações relacionadas à plataformização do trabalho acadêmico e ao acirramento de desigualdades sociais e de acesso às tecnologias de comunicação e informação.

De um lado, uma das preocupações das universidades é em relação ao acesso dos estudantes à internet. Apesar das vantagens da educação à distância em uma sociedade digitalmente inclusiva (MOREIRA et al., 2015), esta não é a realidade brasileira. Pesquisas nacionais (PESQUISA, 2018) e internacionais (por exemplo, *The Inclusive Internet Index*, 2020) mostram que, apesar dos altos níveis de acesso em escala global, fatores como nível de educação, localização geográfica e estratos econômicos ainda são grandes desafios para o país ser considerado digitalmente inclusivo. A pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação mostrou que 30% da população não tem acesso à internet e que apenas 44 % têm via cabo. A pesquisa aponta ainda que 58% da população acessa a

internet somente pelo celular, sendo que deste conjunto de pessoas 85% são das classes D e E. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de Uberlândia (UFU), envolvendo mais de 420 mil estudantes de 63 universidades federais do país, além de toda a comunidade acadêmica, quase 77% dos alunos de graduação pertencem justamente às classes D e E.

Além disso, a financeirização da educação no Brasil – com os grandes conglomerados educacionais com ações na Bolsa de Valores – tem afetado o trabalho acadêmico de forma mais intensa nos últimos cinco anos e demonstra a educação inserida nas lógicas globais de poder. Por exemplo, a rede Laureate, que está na Nasdaq desde 2017, teve o ex-presidente Bill Clinton como conselheiro honorário. Tanto ele – em conjunto com Bill Gates, da Microsoft – quanto Tony Blair, ex-primeiro ministro do Reino Unido, já ministraram conferências para as universidades brasileiras ligadas à rede. Em relatório ao investidor no início de 2018, a empresa já informava que o Brasil era um “modelo” para universidades de outros países por ter conseguido maior “eficiência” ao reduzir “custos acadêmicos e com professores” e um maior investimento em educação à distância. Os maiores lucros da Laureate vêm de países como Brasil, México e Peru.

Esse quadro se acentua durante a pandemia. Em matéria publicada pela Agência Pública em abril de 2020, docentes da rede Laureate denunciam o uso de inteligência artificial para correção de textos – e sem que os alunos saibam que não é um professor. A resposta da empresa educacional é emblemática, afirmando que “analisa as tendências do segmento educacional para disponibilizar à sua comunidade acadêmica o que há de mais moderno e inovador no mercado, incluindo a adoção de diversas tecnologias da informação e da comunicação, que apoiem as atividades pedagógicas e potencializem ainda mais a qualidade do ensino, como o uso de inteligência artificial”. A nota ainda afirma estar em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação e da legislação brasileira. Isso mostra, além de uma gramática do capital – de inovação, tendências e transformação digital – como os conglomerados educacionais operam em consonância com o governo brasileiro.

A “via diamante” da precarização do trabalho editorial científico

Outra esfera de atuação laboral acadêmico, ainda invisibilizada, é de editoração e revisões científicas. Nós, pesquisadores e professores, somos também trabalhadores – como ressalta Vieira Pinto (1979) ao lembrar que a ciência é um produto de homens e mulheres enquanto trabalhadores. E sob quais condições de trabalho? Como elas têm se transformado ao longo do tempo, principalmente na área da comunicação?

O trabalho de edição de periódicos no Brasil – diferentemente de outros países – é uma atividade que se soma a todas as outras tarefas de pesquisa, ensino e extensão de um pesquisador. Inclui uma enorme abrangência de atividades e de conhecimentos especializados que vão desde a avaliação da qualidade científica e do conhecimento amplo sobre a área ao domínio ferramental das etapas de formatação e revisão, de técnicas de divulgação científica e de estratégias para indexação. Para além disso, a falta de políticas voltadas para a editoração científica e de reconhecimento laboral impulsiona diferentes interpretações sobre o trabalho editorial científico pelos próprios editores, como apontado em pesquisa realizada pelo Fórum de Editores e Comunicação Científica da Universidade Federal Fluminense (ALBUQUERQUE e DE OLIVEIRA, 2020). Segundo pesquisa realizada junto aos editores através de entrevistas em profundidade, há uma compreensão unânime de que o trabalho editorial é considerado um “extra”, para além das atividades de pesquisa e ensino. Esses resultados vão ao encontro de pesquisa realizada pela LatinREV da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) junto a 291 editores (FERRIER e CORDA, 2020). Os dados apontam que os principais problemas enfrentados pelos editores são: 1) a falta de tempo para se dedicar à editoração, dada a necessidade de se desdobrarem em múltiplos compromissos laborais, indicada por 54,3% dos respondentes; e 2) a falta de remuneração específica para

este trabalho editorial. Outro ponto que se destaca é que a falta de adequação dos sistemas de gestão editorial leva ao uso de outras ferramentas complementares, com a consequente sobrecarga de trabalho, tempo e conhecimentos especializados (FERRIER e CORDA, 2020, p. 18).

Entre os resultados apontados na pesquisa realizada pelo Fórum de Editores e Comunicação Científica da UFF (ALBUQUERQUE e DE OLIVEIRA, 2020), muitos informaram que iniciaram suas atividades como editores por pressão do próprio departamento, e apenas 20% deles compreendem esta função como crescimento ou reconhecimento profissional de sua atuação enquanto pesquisadores. Cerca de 85% dos editores entrevistados apontaram que a motivação, associada ao fato de acreditarem no projeto da revista, na relevância dos periódicos para o programa ou departamento em que estão vinculados ou, ainda, na importância científica das revistas acadêmicas, é a razão que os faz permanecer exercendo o trabalho de editoração científica dos periódicos.

Interpretações como a atividade editorial científica enquanto bem comum, em prol do compartilhamento do conhecimento científico e como um espaço para que pares de área possam dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas, a fim de contribuir para a sociedade, são discursos recorrentes nas vozes dos editores científicos, que fazem ressoar um imaginário de vocação em vez de um trabalho formal. Isso pode ser lido a partir do que Marcel Mauss (2003) afirma como parte do paradigma da dádiva de doar o que recebemos, dispensando contrapartida como o próprio reconhecimento laboral. Outra chave de leitura possível é a dimensão do trabalho não pago/gratuito reivindicado por feministas marxistas como Silvia Federici (2019) no âmbito do trabalho doméstico desde os anos 1970 como um não reconhecimento do trabalho em nome de valores como o amor. Embora haja discussões no âmbito do marxismo sobre o que seria esse trabalho não pago em um contexto digital, que em muito extrapola o debate aqui empreendido, consideramos que o trabalho de editor em periódicos científicos no Brasil apresenta essa dimensão.

Outro ponto em relação ao reconhecimento laboral é, via capital social no campo científico, a influência política de editores que fazem parte de instâncias burocráticas com o objetivo de subverter a ordem do sistema científico, como relata a dissertação defendida por Kamille Ramos Torres (2020) sobre a prática editorial em revistas científicas da área de administração. Esta ausência de reconhecimento laboral – ou, ainda, a limitação de que este “extra” seja reconhecido apenas como capital social dentro do campo científico – é um dos fatores que levam à precarização do trabalho de editoração científica. Tal precarização baseia-se em paradigmas nos quais a dádiva, o trabalho não pago e o capital social são os atributos pelos quais a estruturação laboral é reforçada pelos próprios mecanismos institucionais de avaliação. Os editores são trabalhadores essenciais cuja atividade sustenta parte central da avaliação dos programas de pós-graduação no país. No entanto, as políticas de avaliação da pós-graduação brasileiras não consideram esta atuação como uma atividade que pontue positivamente nos mecanismos avaliativos dos programas.

No Brasil, os periódicos são “financiados quase que exclusivamente com recursos públicos” (ORTELLADO, 2008, p. ?) como forma de equilibrar as desigualdades de circulação da produção científica nacional (ALPERIN, FISCHMAN e WILLINSKY, 2008), dominada por conglomerados econômicos cujo lucro é baseado na comercialização do conhecimento (LARIVIÈRE et al., 2015; OLIVEIRA, 2019). Para além de dinâmicas de hierarquias globais que se estabelecem a partir da assimetria de circulação científica entre Norte e Sul, centro e periferia, outras hierarquias interseccionais instauradas dentro do circuito acadêmico em diferentes situações, entre elas o próprio sistema editorial científico, tal como discutido amplamente na edição *#CommunicationSoWhite*, editada por Eve Ng, Khadijah Costley White e Anamik Saha (2020). O artigo inicial que inspirou esta edição foi publicado por Paula Chakravartty et al. (2018), que evidenciou a sub-representação de não-brancos nas citações e nas posições editoriais. Partindo do fato de que o pagamento do trabalho editorial representa relações simbólicas de poder, tal como discutido anteriormente, as assimetrias do corpo editorial de periódicos indexados na Web of Science também

foi discutido nesta edição (De Albuquerque et al, 2020), evidenciando a predominância de instituições ocidentais, especialmente dos EUA, em detrimento a outros conjuntos de países ditos periféricos. O corpo editorial, nesse sentido, se torna uma estratégia de hierarquização do campo da comunicação e de adequação ao “capitalismo acadêmico”, visto que parte significativa desses periódicos são de acesso fechado ou possuem taxas de publicação, uma das modalidades de acesso aberto.

No Brasil, o modelo de acesso aberto que predomina sobre o modo de produção científica editorial é o diamante (Diamond Open Access). Este modelo de publicação acadêmica sem fins lucrativos que torna o conhecimento acadêmico um bem comum recupera o caráter comum do sistema acadêmico, sendo defendido pela utópica compreensão de que possibilita promover oportunidades de trabalho (FUCHS e SANDOVAL, 2013) e carrega consigo um retomada da filosofia da justiça social sobre o acesso aberto como forma de produzir igualdade de oportunidades e de justiça para os chamados países do Sul Global, a fim de enfrentar as estruturas que perpetuam a injustiça sobre a circulação científica global (RAJU, 2018). Este acesso aberto diamante consiste em um modelo baseado em suporte institucional e redes de colaboração em que sociedades e outras instituições não comerciais disponibilizam uma infraestrutura, enquanto o trabalho profissional permanece sob o controle das comunidades de pesquisa, realizado exclusivamente pelos próprios acadêmicos em seus papéis como editores ou revisores de pares. No entanto, a forma de estruturação do modelo diamante, ao contrário do que tem sido apregoado como um modelo alternativo de sustentabilidade dos periódicos científicos, provoca dinâmicas sociais expostas anteriormente e se configura como mais um trabalho acadêmico extra diante de tantas outras demandas de pesquisa, ensino e extensão.

Diante de um modelo de acesso aberto, que foi definido a partir de um trabalho que se assemelha ao voluntariado, as revistas científicas brasileiras durante muito tempo se constituíram em torno dessa forma de atuação como uma maneira de se inserir em um cenário internacional competitivo para a produção científica. Porém, o modelo tem demonstrado sinais de esgotamento, pois os recursos institucionais estão cada vez mais escassos e as universidades públicas brasileiras enfrentam uma grave crise econômica e um processo de desestatização, combinados a severos cortes orçamentários desde 2015, sob ameaças diversas do próprio Governo Federal, como foi discorrido anteriormente. No horizonte de reformulações sobre formas de avaliação da ciência, tecnologia e inovação – que se avizinham sem qualquer debate público ou consulta da própria comunidade acadêmica –, a atividade editorial permanece sem reconhecimento nas avaliações periódicas dos programas de pós-graduação. Sendo esta uma etapa fundamental para o processo de produção de conhecimento, é necessário que as revistas sejam tanto reconhecidas como parte do trabalho acadêmico pelas instâncias de avaliação quanto vistas como espaços estratégicos para a comunicação da ciência nacional. Afinal, sem esse trabalho dos editores científicos, o que seria da ciência brasileira, visto que parte significativa da nossa produção não está inserida neste cenário global competitivo e excludente de circulação do conhecimento dominado por países centrais?

Tendo o contexto discutido neste editorial em vista, o trabalho acadêmico, e mais especificamente, a editoração científica, são atravessados por uma lógica de precarização bastante presente em diversas outras instâncias da vida laboral no sistema capitalista. Isso tem se intensificado ainda mais a partir da plataformização e dataficação que temos observado nos últimos anos. Assim, este segundo volume do dossiê sobre trabalho em plataformas evidencia como a gestão algorítmica do trabalho e a colonização do jogo estruturam o capitalismo de plataforma e a plataformização da sociedade, significando também a cooptação de práticas ditas “criativas” a partir de um ideário neoliberal. Algumas das respostas a esse contexto são a regulação do trabalho considerando os direitos trabalhistas, além da relação de emprego, a organização coletiva dos trabalhadores e o cooperativismo de plataforma.

Não podemos deixar de agradecer e reconhecer o trabalho dedicado da equipe editorial do Contracampo. São muitos os voluntários que se dedicaram e se dedicam diariamente à revista para que possamos entregar um resultado final de grande contribuição para a área. Nossa equipe editorial é composta

majoritariamente por discentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, que acompanham e executam importantes etapas da editoração científica, como secretaria editorial, revisão gramatical e ortográfica, copidesque, diagramação, divulgação, entre outras. Foram muitos os alunos que contribuíram para a Contracampo ser uma revista científica de qualidade. Nesta edição, Lua Inocêncio, que há anos atuou conosco como editora-assistente da revista, deixa a equipe para se dedicar às etapas finais da tese. Em seu lugar assume Paula Fernandes enquanto coordenadora do fluxo, também doutoranda do PPGCOM UFF, além de uma equipe renovada com novos discentes do Programa, empenhados em continuar o trabalho dedicado que a Contracampo tem feito ao longo dos seus 22 anos de história. Assim, não podemos deixar de agradecer a todos os voluntários do presente e do passado da equipe Contracampo, além de agradecer também aos pareceristas que, mesmo em tempos tão conturbados como este que estamos atravessando, contribuíram e continuam a contribuir para a qualidade do nosso periódico. Sem o trabalho de vocês, a Contracampo não poderia existir. Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Referências

DE ALBUQUERQUE, Afonso et al. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. **Communication, Culture and Critique**, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020.

ALBUQUERQUE, Sofia; DE OLIVEIRA, Thaiane. Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para a Consolidação do Fórum de Editores e Comunicação Científica da UFF. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. esp., p. 23-31, 2020.

ALESSY, Gil. Plano de Bolsonaro para 'desesquerdizar' educação vai além do Escola Sem Partido. **El País**, Educação, 23 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALFONSO, Bruno. Mais de 210 mil alunos estão sem aulas em universidades públicas em meio a pandemia da Covid-19. **O Globo**, Sociedade, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-210-mil-alunos-estao-sem-aulas-em-universidades-publicas-em-meio-pandemia-da-covid-19-24481400>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALLMER, Thomas. Academic labour, digital media and capitalism. **Critical Sociology**, v. 16, n. 1, p. 44-48, 2017.

ALPERÍN, Juan Pablo; FISCHMAN, Gustavo; WILLINSKY, John. Open access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and a few reflections | Acesso livre e publicação acadêmica na América Latina: dez sabores e algumas reflexões. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, 2008.

BRESCIANI, Eduardo. Bolsonaro defende educação a distância desde o ensino fundamental. **O Globo**, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-educacao-distancia-desde-ensino-fundamental-22957843>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CARRAMENHA, Bruno; CAPPELLANO, Thatyana. **Trabalho remoto e isolamento social**. São Paulo: 4CO, 2020.

CASTRO, Gabriel Arruda. Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/dez-monografias-incomuns-bancadas-com-dinheiro-publico-a8q52qvze7py9r8qavfieakyl>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CHAKRAVARTTY, Paula et al. # CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 254-266, 2018.

COSTA, Camila. Neurocientista defende universidades geridas como empresas: 'É preciso demitir

quem não produz'. **BBC News Brasil**, 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36365112>. Acesso em: 05 jul. 2020.

DO AMARAL, Marcelo Gonçalves; RENAULT, Thiago Borges. A Hélice Quíntupla das Relações Universidade-Empresa-Governo-Sociedade-Ambiente. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 110-114, 2019.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRAZ, Carlos Adriano. A decadência das Ciências Humanas. **Gazeta do Povo**, Opinião, Curitiba, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-decadencia-das-ciencias-humanas-63izxw3xdnt4q6lnrr5ujufi>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FIGARO, Roseli et al. Como trabalham os comunicadores na pandemia do Covid-19? **Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, Edição Especial – Dossiê COVID-19, p. 1-39, 2020.

FERRIER, Maria Cristina Ruíz; CORDA, Maria Cecília. Serie informes de LatinREV, n. 1. ISSN: en trámite. **Resultados de la encuesta efectuada a las revistas adheridas a LatinREV**, 2020. Disponível em: https://www.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2020/07/Resultados-de-la-encuesta-de-LatinREV_Informe-01.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

FREE to Think. Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project. **Scholars at Risk**, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>. Acesso em 05 jul. 2020.

FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. The diamond model of open access publishing: Why policy makers, scholars, universities, libraries, labour unions and the publishing world need to take non-commercial, non-profit open access serious. **TripleC: Communication, capitalism & critique**, v. 11, n. 2, p. 428-443, 2013.

GOVERNO revoga MP que autorizava Weintraub a nomear reitores durante a pandemia, **Senado Notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/12/governo-revoga-mp-que-autorizava-weintraub-a-nomear-reitores-durante-a-pandemia>. Acesso em: 05 jul. 2020.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PloS one**, v. 10, n. 6, p. e0127502 (1-15), 2015.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados (Online)**, v. 17, n. 49, p. 271-284, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016. Acesso em: 05 jul. 2020.

MARÉS, Chico; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Na Câmara, ministro da Educação erra sobre pesquisa científica e vagas em creches. **Folha de S. Paulo**, Lupa, 17 maio 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/17/camara-weintraub-educacao/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, 2003. p. 183-294.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 301-331, 2006.

MINISTRO da Educação pode nomear reitor sem consulta à comunidade acadêmica. **Senado Notícias**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/10/ministro-da-educacao-pode-nomear-reitores-sem-consulta-a-comunidade>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MORAES, Fernando Tadeu. Estudantes de mestrado e doutorado relatam suas dores na pós-

graduação. **Folha de S. Paulo**, Ciência, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/12/1943862-estudantes-de-mestrado-e-doutorado-relatam-suas-dores-na-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MORAES, Fernando Tadeu. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. **Folha de S. Paulo**, Ciência, 27 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MOREIRA, António; MONTEIRO, Angelica; LENCASTRE, José Alberto. **Blended (e)Learning na Sociedade Digital**. Santo Tirso: Whitebooks, 2015.

NG, Eve; WHITE, Khadijah Costley; SAHA, Anamik. #CommunicationSoWhite: Race and Power in the Academy and Beyond. **Communication, Culture and Critique**, v. 13, n. 2, p. 143-151, 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 154-166, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448/33479>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OLIVEIRA, Caroline. Após invasão sem mandado em faculdade, Juíza ameaça prender diretor da UFF. **Justificando**, 26 out. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/10/26/apos-invasao-sem-mandado-em-faculdade-juiza-ameaca-prender-diretor-da-uff/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OLIVEIRA, Thaianne. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 191-215, 2019.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018. **Cetic.br**, 28 out. 2019. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PORITZ, Jonathan A.; REES, Jonathan. Academic governance on the virtual shop floor. **Academe**, v. 103, n. 3, p. 20-24, 2017.

PRODUTIVIDADE acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. **Parent in Science**, abr./maio 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 05 jul. 2020.

RAJU, Reggie. From green to gold to diamond: open access's return to social justice. **IFLA WLIC 2018 – Transform Libraries, Transform Societies**, Kuala Lumpur, Malásia, 20 de agosto a 01 de setembro de 2018. Disponível em: <http://library.ifla.org/2220/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

REZENDE, Constança. Weintraub: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. **Uol**, 14 ju. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-querer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SADOWSKI, Jathan. The Internet of landlords: digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. **Antipode**, Online first, 2020.

SAYURI, Juliana. Depois de pós-doutorado na Inglaterra, biólogo vira figurante e tenta bico de modelo nu para se sustentar no Brasil. **BBC News Brasil**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44696698>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SLAUGHTER, Sheila; SLAUGHTER, Sheila A.; RHOADES, Gary. **Academic capitalism and the new economy:**

Markets, state, and higher education. JHU Press, 2004.

THE Inclusive Internet Index: Executive summary. **The Inclusive Internet Index**, 2020. Disponível em: <https://theinclusiveinternet.eiu.com/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

TOKARNIA, Mariana. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil>. Acesso em: 05 jul. 2020.

TORRES, Kamille Ramos et al. **Para além da editoração: as relações de poder e a prática editorial em revistas científicas da área de administração**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.

TURTELLI, Camila. Weintraub diz que universidades que mantêm atividades em pandemia serão premiadas. **Estadão, Educação**, online, 18 de abril de 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,weintraub-diz-que-universidades-que-mantem-atividades-em-pandemia-serao-premiadas,70003275822>

VEJA declarações de Bolsonaro minimizando coronavírus diante de escalada de mortes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/veja-declaracoes-de-bolsonaro-minimizando-coronavirus-diante-de-escalada-de-mortes.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VESPA, Talyta. De professora de direito a prostituta em Brasília: “quero sexo e dinheiro”. **Universa**, 09 jul. 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/09/de-professora-de-direito-a-prostituta-em-brasilia-quero-sexo-e-dinheiro.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YU, Jun; COULDRY, Nick. Education as a domain of natural data extraction: analysing corporate discourse about educational tracking. **Information, Communication & Society**, Online First, 2020.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)
Thaiane Oliveira (UFF)

Editores convidados

Jack Qiu
Rafael Grohmann

Editores-executivos

Luana Inocência (coordenadora)
Caio Melo
Gabriel Ferreirinho
Lucineide Magalhães
Matheus Bibiano
Paula Fernandes
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Barros
Beatriz Medeiros
Rodrigo Quinan

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Gisele Delatorre
Inês da Silva Alves
Jessika Medeiros
Manoela Mayrink

Projeto gráfico / Diagramação

Alan Fragoso (coordenador)
Aleks Moreira
Thayane Guimarães (coordenadora)

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)
Lucas Bragança